



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1000376-95.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Alvará Judicial - Levantamento de Valor**
 Requerente e Herdeiro: **SIDNEIA TAVARES e outros**
 Requerido: **Luis Heraldo Augusto**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos

- 1 Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigos 1º e 2º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os: valores devidos pelos empregadores aos empregados; montantes das contas individuais do FGTS; montantes das contas individuais do PIS-PASEP; restituições de IRPF e outros tributos recolhidos por pessoa física. Sujeitam-se a mesma regra os saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.
- 2 A Lei nº 8.213/91, no artigo 112, contém regra idêntica no que diz respeito ao valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social.
- 3 No caso dos autos, os autores são os dependentes habilitados (fls. 10), pelo que, inclusive, seria desnecessária a ação.
- 4 Entretanto, considerando que o processo tramita desde 19/06/2015, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** o levantamento dos valores devidos pela empregadora ao falecido, do saldo referente às contas do PIS/PASEP em nome do falecido e do saldo referente as contas do FGTS em nome do falecido.
- 5 Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora - observada à concessão dos benefícios da gratuidade - e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação.
- 6 Expeçam-se os alvarás necessários, preenchendo todos os requisitos legais e formais, em nome da parte autora, com prazo de 180 dias.
- 7 Ausente qualquer interesse recursal (art. 1000 do CPC), fica anotado o trânsito em julgado na data da prolação desta sentença, dispensando-se o Cartório de emitir certidão.
- 8 Cumpridas as determinações, remeta-se ao arquivo.
- 9 **P.I.**

São Carlos, 27 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**